

O processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa como língua não materna na escola angolana: o caso dos alunos do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, município da Chipeta – Bié

Adão Raimundo Caetano ^{1*}

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0000-2612-5977>

Generoso Filipe Chapuia ^{2**}

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-8648-9323>

RESUMO

O presente artigo propõe-se em estudar o processo de ensino e aprendizagem do português como língua não materna em alunos do ensino primário do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, município da Chipeta, cuja língua materna é o umbundu. Este artigo propõe metodologias adequadas para o ensino do português em contexto de bi/plurilinguismo. As propostas apresentadas ao longo deste artigo visam, essencialmente, minorar as dificuldades que os professores de Língua Portuguesa vivem no seu dia-a-dia, especialmente os que leccionam em zonas suburbanas ou rurais, pois, as escolas angolanas, de um modo geral, são frequentadas por alunos vindos de diversas matrizes étnicas que compõem o mosaico sociolinguístico e étnico, pese embora se verifique um estatuto privilegiado do português como língua oficial e de ensino. Assim, para a materialização deste artigo e o consequente alcance dos objectivos, fizemos recurso não só à bibliografia disponível sobre o assunto quer de pesquisadores angolanos, quer de estrangeiros que enquadraram este debate na perspectiva de ensino das línguas, mas também a um conjunto de procedimentos de inferência de dados em pesquisas de natureza quantitativa: inquérito por questionário e observação. Tal atitude científica visou procurar caminhos metodológicos que favoreçam um ensino com e de qualidade em escolas onde a coabitação das línguas de matriz bantu com a língua portuguesa é um facto.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino-Aprendizagem; Língua Portuguesa; Língua Não Materna; Escola.

^{1*} Docente de Língua Portuguesa, Didáctica da Língua Portuguesa e Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa no Instituto Superior de Ciências da Educação do Bié. Doutorando em Metodologia de Ensino Primário, especialidade em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela. Mestre em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda. Licenciado em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo. Email: adaocaetano2@gmail.com.

^{2**} Docente de Introdução aos Estudos Linguísticos, Linguística Românica e História da Língua Portuguesa no Instituto Superior de Ciências da Educação do Bié. Mestre em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe. Licenciado em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo. Email: generosofilipe7@gmail.com.

Elilongiso ly'elimi ly'oputu kwavana valikwete nd'elimi lyavali k'olosikola y'ongola (k'olondonge yo Complexo Escolar 8 de Março do Belchior yoluvumba yo Chipeta-Bié)

OLUMWENDAKA (Umbundu)

Upange ohu unena ovilimbu vyatyamela k'elilongiso y'elimi ly'umbundu kwavana valikwetw nd'elimi lyavali, kolondonge vyovisoko vyateke kelilongiso k'o Complexo Escolar 8 de Março ya Belchior, k'oluvumba yo Chipeta. Olondonge vikwete elimi ly'umbundu nd'elimi lyatete. Upange unena olonjila vyasesamela k'elilongiso lyelimi lyoputu kuvana valykweite nd'elimi lyavali. Olonjila vinena upange ohu uvanjiliya okutepulula ovitangi vyalongisi vy'elimi ly'oputu vasole okusanga oloneke vyosi catyamela po vali kuvana valongisa k'ovambo, momo kolosikola vy'ongola kusañgiwa olondonge vitunda k'olonepa viñgi viñgi vy'ofeka yetu, vakwete ovitua vyaliekala, kokuvangula kwenda k'ekalo, pole oputu oloyo elime ly'ofeka kwenda lyelilongiso. Oco k'okusonehã upange ohu twatanga alivulu avangula ndomo casesamela okulongisa elimi lyoputu kwavana vavangula umbundu. K'upange ohu twapulasa olondonge kwenda alongise kweci catyamela k'elilongiso ly'elimi ly'oputu oco elilongiso likale ndomo casesamela.

OSAPI Y'ONDAKA

Elilongiso kwenda okutanga; Elimi ly'oputu; Elimi ly'avali; Osikola.

The teaching-learning process of the portuguese language as a non-mate language in angolan schools: the case of the students of the Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, municipality of Chipeta – Bié

ABSTRACT

This article aims to study the teaching and learning process of Portuguese as a non native language among primary school students at the Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, in the municipality of Chipeta, whose native language is Umbundu. This article proposes appropriate methodologies for teaching Portuguese in a bi/plurilingual context. The proposals presented throughout this article essentially aim to alleviate the difficulties that Portuguese language teachers experience in their daily lives, especially those who teach in suburban or rural areas. In general, Angolan schools are attended by students from different ethnic backgrounds that make up the sociolinguistic and ethnic mosaic, despite the privileged status of Portuguese as an official and teaching language. Thus, to materialize this article and consequently achieve its objectives, we used not only the available bibliography on the subject from both Angolan and foreign researchers who framed this debate from the perspective of language teaching, but also a set of data inference procedures in quantitative research: questionnaire survey and observation. This scientific approach aimed to find methodological paths that favor quality teaching in schools where the coexistence of Bantu languages with Portuguese is a fact.

KEYWORDS

Teaching-Learning; Portuguese Language; Non-Native Language; School.

Introdução

Angola caracteriza-se por uma realidade sociolinguística plural, marcada pela coexistência da língua portuguesa com diversas línguas nacionais africanas. Entre essas línguas, o umbundu ocupa lugar de destaque em várias regiões do país, particularmente na região centro-sul, onde é amplamente utilizado como língua materna por uma parte significativa da população escolar. Na província do Bié, em geral, e no município da Chipeta, em particular, esta convivência linguística manifesta-se de forma evidente no contexto escolar, sobretudo entre os alunos do ensino primário do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, para os quais o umbundu constitui, em muitos casos, a primeira língua (L1), enquanto o português assume a função de língua de escolarização e de ensino.

Neste cenário de contacto linguístico, observam-se fenómenos de interferência linguística que resultam da transferência de estruturas fonéticas, lexicais, morfossintáticas e semânticas do umbundu para o português. Tais interferências tornam-se particularmente relevantes no domínio da aprendizagem formal da Língua Portuguesa, uma vez que podem influenciar o desempenho linguístico e académico dos alunos, bem como os processos pedagógicos desenvolvidos em sala de aula. Assim, o presente estudo insere-se no campo da sociolinguística e da didáctica das línguas, ao procurar compreender as implicações do bilinguismo e do contacto de línguas no processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, o assunto central desta pesquisa é o estudo das interferências linguísticas do umbundu no ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa no ensino primário, tendo como foco os alunos do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, no município da Chipeta. A escolha deste tema justifica-se pelo facto de a escola angolana, sobretudo em contextos multilíngues, enfrentar desafios concretos relacionados com a adequação linguística, a mediação pedagógica e o sucesso escolar dos aprendentes cuja língua materna não é o português.

A partir desta realidade, formula-se o seguinte problema de pesquisa: De que modo as interferências linguísticas do umbundu influenciam o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nos alunos do ensino primário do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, no município da Chipeta?

Com vista à orientação da investigação, levantam-se as seguintes hipóteses:

1. As interferências linguísticas do umbundu no português manifestam-se com frequência no discurso oral e escrito dos alunos do ensino primário;

2. Essas interferências afectam negativamente o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, sobretudo ao nível da pronúncia, da escrita, da construção frásica e da compreensão textual;
3. A ausência de estratégias didáctico-pedagógicas adaptadas ao contexto bilingue contribui para a persistência dessas dificuldades linguísticas no contexto escolar.

Face a estas hipóteses, define-se como objectivo geral: analisar as interferências linguísticas do umbundu no ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nos alunos do ensino primário do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, no município da Chipeta.

Como desdobramento do objetivo geral, estabelecem-se os seguintes objectivos específicos:

- Identificar as principais manifestações de interferência linguística do umbundu no uso oral e escrito da Língua Portuguesa pelos alunos;
- Descrever os níveis linguísticos em que essas interferências ocorrem com maior incidência;
- Examinar as implicações pedagógicas dessas interferências no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa;
- Refletir sobre possíveis estratégias didáticas que possam contribuir para minimizar tais dificuldades no contexto escolar multilíngue.

A relevância da pesquisa assenta em diferentes dimensões. Do ponto de vista científico, o estudo contribui para o aprofundamento das reflexões sobre o contacto de línguas em Angola, particularmente na interface entre sociolinguística e didáctica das línguas. No plano pedagógico, os resultados poderão oferecer subsídios para professores, formadores e gestores escolares no desenvolvimento de práticas de ensino mais sensíveis à realidade linguística dos alunos. Já no plano social e educacional, a investigação revela-se pertinente por valorizar a diversidade linguística nacional e por favorecer a construção de estratégias de ensino que respeitem a língua materna do aluno sem comprometer a aprendizagem da língua oficial de escolarização.

Assim, este estudo pretende não apenas descrever um fenómeno linguístico, mas também contribuir para a melhoria da qualidade do ensino da Língua Portuguesa em contextos marcados pelo bilinguismo, reforçando a necessidade de uma abordagem pedagógica contextualizada, inclusiva e linguisticamente consciente.

1.Contextualização do ensino da língua portuguesa em Angola

A dinâmica do ensino da língua portuguesa em Angola é, ainda, um *calcanhar-de-Aquiles*, quer enquanto disciplina curricular, quer enquanto língua de ensino ou de

transmissão de outros saberes no espaço escolar. Nessa linha de análise, constata-se que o sistema educativo angolano ainda apresenta fragilidades na consideração das especificidades linguísticas dos alunos em distintas regiões do território nacional.

A literatura e a experiência do nosso dia-a-dia, no âmbito da nossa profissão, mostram-nos que Angola é um país multilíngue e muitos angolanos falam mais de uma língua. Isso mesmo reconhece o Ministério da Educação que, por exemplo, no programa de Língua Portuguesa para a 2ª classe alerta o professor que este: “deverá também saber que as crianças vêm de diversas famílias onde se falam diversas línguas” (Costa, Botelho, Solla, & Soares, 2021, p. 13).

Esta realidade não é ausente na escola: há alunos que, no recinto escolar, fazem uso do português, mas na comunidade, viabilizam suas necessidades em outras línguas que, geralmente, são de matriz *bantu*. Contudo, há outros que, à nascença, entram em contacto com o mundo, a partir do português, tendo-a como Língua Materna (LM), como é o caso das zonas urbanas.

A relevância social e científica da presente pesquisa justifica-se pela convicção de se quebrar paradigmas educacionais da ideia de se ensinar tudo a todos e da mesma forma para que os alunos reproduzam o mesmo comportamento linguístico, começa a perder sentido e, muito mais ainda, em contextos de coabitação linguística, que é o nosso caso. Ou seja, há aqui uma perspectiva de a Língua Portuguesa ser ensinada do mesmo modo a todos os alunos, tanto para os que a têm como LM (Língua materna), como para os que a têm como LS (Língua Segunda), e espera-se que os alunos tenham os mesmos comportamentos linguísticos, o que não é possível, considerando a perspectiva didática.

2. Políticas linguísticas em Angola e o seu impacto no processo de ensino e aprendizagem

O ensino do português em Angola é um debate aceso no seio de académicos de diversas áreas do saber, pois a língua portuguesa ainda é a única língua oficial e de ensino. Ora, Angola, como qualquer outro país africano, é multilíngue, ou seja, há uma coabitação de mais de uma língua no mesmo espaço. Esta realidade é transferida para os próprios angolanos e, como é óbvio, a escola não fica isenta desta situação que exige de todos nós, enquanto nação, uma reflexão mais séria e académica.

Por exemplo, na visão de Ndombele e Timbane (2020, p. 6), grande parte das crianças angolanas aprende o português aos cinco ou sete anos quando ingressa na escola, especialmente nas zonas suburbanas e rurais. Os alunos chegam à escola falando pelo menos uma língua africana, o que torna difícil a compreensão e assimilação dos

conteúdos ministrados em língua portuguesa, olhando pela forma metodológica com que os manuais escolares são elaborados.

Assim, é importante que a escola assuma o seu papel de agente da educação, e reveja a sua compreensão sobre os indivíduos que a frequentam, na perspectiva educativa.

Repare-se que a uniformização dos materiais didáticos é legitimada pelo Decreto-lei n.º 17/16, de 7 de Outubro alterada pela Lei nº 32/20, no artigo 105º, no seu ponto n.º 1, que os currículos, planos de estudo e programas de ensino e os manuais escolares para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Primário e o Ensino Secundário, têm carácter nacional e são de cumprimento obrigatório (Diário da República, 2016). Ou seja, está a dizer-se ao professor que não tem outra opção senão seguir doutrinalmente o conteúdo do manual.

3.O português e as línguas nacionais de Angola

A temática referente às interferências linguísticas do umbundu no português é bastante complexa, pois, em Angola, o português convive com muitas outras línguas do grupo bantu (umbundu, kimbundu, kikongo, chokwe, ngangela, nyaneka, etc.) e do grupo não bantu (kankala, vakankala, kwisi e kwepe). Assim, urge olharmos para essa questão com alguma atenção para compreendermos que a língua varia em função de vários fatores (sociais, temporais, geográficos, situacionais etc.) e, obviamente, não coloca de parte o contexto comunicativo em que é usada.

Tal como se disse no parágrafo anterior, a língua portuguesa no nosso território convive com muitas outras línguas, denominadas línguas nacionais. No nosso caso concreto, essa realidade não foge à regra, pois, no município da Chipeta, o português coabita com o umbundu. Nesse contacto linguístico, é normal e comum que haja algumas interferências do umbundu no português falado pelos alunos, dentro e fora do ambiente escolar.

Esta convivência entre o umbundu e o português, ao longo do processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, o professor dessa disciplina, deverá ter em conta o fenómeno de interferências linguísticas em contexto bilíngue. Assim, mais do que fazer um estudo linguístico, a presente investigação pretende também olhar para a dimensão didático-pedagógica desse fenómeno linguístico.

4.Interferências linguísticas e implicações no ensino da Língua Portuguesa

As interferências linguísticas, como poderemos ver ao longo deste trabalho, estão presentes no comportamento verbal dos falantes cujo ambiente é habitado por duas ou mais línguas. No contexto sociolinguístico angolano, importa sublinhar que o fenómeno

interferências linguísticas advém do facto de, num mesmo espaço geográfico, coexistirem duas ou mais línguas.

Importa acrescentar que ao falarmos de interferências linguísticas, devemos, primeiramente, compreender que, no nosso contexto angolano, a língua portuguesa convive com muitas línguas do grupo bantu e do grupo não bantu. Assim, nesse convívio, é muito normal que a língua portuguesa, objecto de estudo nesta abordagem, ganhe traços linguísticos advindos de outras línguas com as quais convivem harmoniosamente.

O fenómeno de interferências linguísticas ocorre sempre, pois o encontro de línguas demanda de tais fenómenos e a esse respeito Venturi (2006, p. 127) acrescenta que a influência língua materna é consequência da associação consciente ou não do aluno sobre os fenómenos linguísticos entre o umbundu e o português, a autora acrescenta que “a interferência é observada, principalmente, quando há a substituição ou adaptação de uma palavra ou expressão da língua materna para a língua alvo”.

Os dados da autora citada acima levam-nos a compreender que as interferências linguísticas são naturais e próprias de uma língua em contexto de coabitação com as outras línguas. A língua é um dos elementos principais de uma cultura e um veículo de comunicação entre seres de uma mesma ou de diferentes comunidades. Uma vez que a língua serve de veículo de comunicação, é imprescindível que o seu estudo a considere como um elemento dinâmico e não estático. Desse modo, a compreensão das interferências linguísticas leva-nos à compreensão mais abrangente dos fenómenos linguísticos, pois no nosso contexto angolano a língua portuguesa não goza do estatuto de língua materna para todos.

Nesta abordagem atinente a interferências linguísticas, propriamente do umbundu na língua portuguesa é fundamental que se aposte e se olhe para a formação do professor de Língua Portuguesa como um elemento de extrema importância para a compreensão deste fenómeno linguístico que possui grandes implicações no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nas zonas afastadas do casco urbano.

E na senda da formação específica para o eficiente processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa em contexto bilíngue, usando eco dos bacharéis num inquérito feito pelo Professor Paulino Soma Adriano, na sua obra *A Crise Normativa do Português em Angola – Cliticização e Regência Verbal: Que Atitude Normativa para o Professor e o Revisor?* advoga que as interferências linguísticas são, de certo modo, um desafio no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa (2015, p. 18). O mesmo autor (2015, p. 29) salienta que é fundamental compreendermos a língua numa perspectiva dinâmica e não estática, pois a mesma é um organismo vivo.

Já Mateus e Cardeira (2007, p. 47) afirmam que “como todas as línguas, o Português foi enriquecendo e mudando ao longo da sua história em contacto com outras línguas próximas ou afastadas”.

Por esse facto, sugere-se que uma aula de Língua Portuguesa no Ensino Primário esteja também voltada para a prática constante da reflexão por meio de uma estratégia assente sobretudo numa aprendizagem colaborativa. Do ponto de vista colaborativo no que a comunicação diz respeito, o professor deverá ser um *promotor perfeito* do diálogo em sala de aula entre os alunos de modo a instigar no ambiente escolar uma desenvoltura comunicativa, pois é com a prática comunicativa que se aperfeiçoam vários aspectos da língua.

Neste diálogo em sala de aula, o professor deverá ser também o mediador para ajudar os seus alunos a superarem certas debilidades a nível da língua portuguesa. As debilidades no uso da língua portuguesa advindas das interferências do umbundu devem ser analisadas não só oralmente como também graficamente pois Kambuta (2021, p. 69) defende que “pela pronúncia pode chegar-se facilmente à escrita”.

5.O português no contexto educativo angolano

O ensino da língua portuguesa como língua segunda nos subsistemas de ensino no contexto angolano é, na verdade, uma discussão bastante complexa, pois há uma diversidade de conceitos e definições de o que é realmente uma língua materna ou língua segunda. Sobre o conceito de língua materna e a variedade de definições a respeito dele, Nauege (2015, p.17) afirma que “no ensino aprendizagem de uma língua materna é normal surgirem muitos conceitos, mas que nem sempre se chega a um consenso quanto às suas definições”.

Do ponto de vista conceitual, para o autor citado, não é tão fácil elencar conceitos cabais de língua materna e de língua segunda no contexto sociolinguístico angolano, porquanto “assume-se não ser fácil dar uma definição cabal de LS ou outra qualquer num contexto como o de Angola. Ou seja, não se chega a uma definição unívoca de definição de gênero quando se trata de uma realidade sociolinguística complexa e multiforme como a de Angola” (Nauege, 2015, p. 15).

Ainda na senda da abordagem da língua materna, o professor e linguista angolano Márcio Undolo (2020, p. 63) escreve que “é no convívio familiar em que o indivíduo desenvolve, primeiramente, a sua língua materna” e o contexto sociolinguístico do município da Chipeta mostra-se bastante complexo (já que os alunos têm, maioritariamente,

o umbundu como língua primeira), é fundamental que o professor adopte uma postura cautelosa de modo a não incorrer ao preconceito linguístico durante o seu labor.

Embora o português seja hoje a língua materna mais falada em Angola, com cerca de 45,5% de falantes, segundo os dados do Censo Geral da População e Habitação de 2024 (INE, 2026, p. 52), não se pode afirmar que todos os angolanos tenham o português como língua materna. Esta situação é visível principalmente nas zonas rurais, onde o contacto com a língua portuguesa é mais restrito e frequentemente limitado ao espaço escolar.

Um número significativo de angolanos, como mostram os dados do Censo de 2024, utiliza predominantemente as línguas do grupo bantu e não bantu falados em Angola. Esta realidade sociolinguística também se verifica no município da Chipeta, constituindo um desafio relevante para o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, bem como para o seu uso efetivo pelos alunos, tanto no contexto escolar quanto fora dele. Nesse sentido, consideramos pertinente, nesta secção, apresentar os conceitos fundamentais relacionados à noção de língua, com especial enfoque na distinção entre língua materna e língua segunda, uma vez que, como se demonstrará mais adiante, a língua portuguesa configura-se como língua segunda para os alunos do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, situado naquele município.

Língua materna (também chamada de língua primeira ou L1), segundo Tchimboto (2024, p. 72) é aquela que se aprende dos pais, desde a infância. Este autor, na mesma obra e página, defende que língua segunda (L2) é qualquer língua aprendida após a L1. Quanto ao conceito de L1, Tchimboto vai além, esclarecendo o seguinte:

A aquisição da língua materna não depende de ensino formal nem de quaisquer recursos pedagógicos. A língua materna forma e informa o mundo humano e cognitivo da criança em crescimento e estabelece para ela uma cosmovisão. Nesta língua o indivíduo começa a pensar e a exprimir-se. Por isso, a língua materna entra na estrutura identitária fundamental do indivíduo (Tchimboto, 2024, p. 73).

Importa acrescentar que o adjetivo *materna*, embora se refira ao substantivo *mãe*, a língua materna não se refere unicamente à língua da mãe, mas à primeira língua que nós adquirimos e com a qual aprendemos a expressar as nossas ideias e os nossos sentimentos, daí o facto de também ser chamada língua primeira (abreviadamente L1).

O ensino do português como LNM alcança maiores resultados exitosos se se considerar as metodologias adequadas para o ensino num contexto em que o português convive com uma outra língua, pois, de balde será um ensino que não considere a língua

materna do aluno, uma vez que esta língua tem grande impacto na aquisição da língua segunda que, no nosso caso concreto, é o português. Nesta perspectiva de análise, o desempenho linguístico do aluno na língua materna poderá, de certo modo, influenciar o processo de aprendizagem do português que se constitui como língua segunda.

Entende-se por língua de ensino ou de escolarização o meio de comunicação para a transmissão dos saberes, diferente de ensino de língua, onde a gramática, o vocabulário, e as formas de escrita e oral de uma língua constituem o programa e as práticas da sala de aulas para aquisição de uma L2 que não é a L1 (Nguluve, Paxe, e Fernando, 2020, p. 181). Portanto, a língua de escolarização é aquela em que é feito o ensino das diversas disciplinas, sendo ela própria objeto de estudo (uma disciplina a estudar, neste caso, a Língua Portuguesa).

Importa aqui realçar que a nossa língua de ensino ou de escolarização é a Língua Portuguesa como já se fez referência nos parágrafos anteriores, diferente da língua materna dos alunos em muitas escolas do nosso país.

6.Delimitação conceitual

Na perspectiva em que enquadrámos esta abordagem, isto é, num contexto em que o aluno não tem contacto com a língua-alvo em casa, há outra necessidade, a par das já citadas, de o professor possuir um sólido e rigoroso conhecimento em estudos linguísticos e da didática da língua, da leitura e da escrita. Este conhecimento linguístico possibilitar-lhe-á, por exemplo, distinguir, quando necessário, conceitos como:

6.1.Língua e comunidade linguística

É importante que um professor saiba, à partida, o que vem a ser uma língua. Em outros termos, a crença do professor sobre ela, o que o professor souber sobre o que é o seu objeto de ensino constitui um grande passo para o sucesso da sua ação pedagógica.

Para Azeredo, Pinto & Lopes (2014, p. 12), a língua é uma herança coletiva, um acumular de elementos que resulta das relações que se estabelecem entre as gerações e os povos, ao longo dos tempos, dependendo, nomeadamente, de fatores socioculturais, económicos e políticos, principalmente, como é o caso de Angola. A língua impõe-se ao próprio indivíduo que deverá respeitar as suas leis se quiser comunicar verbalmente.

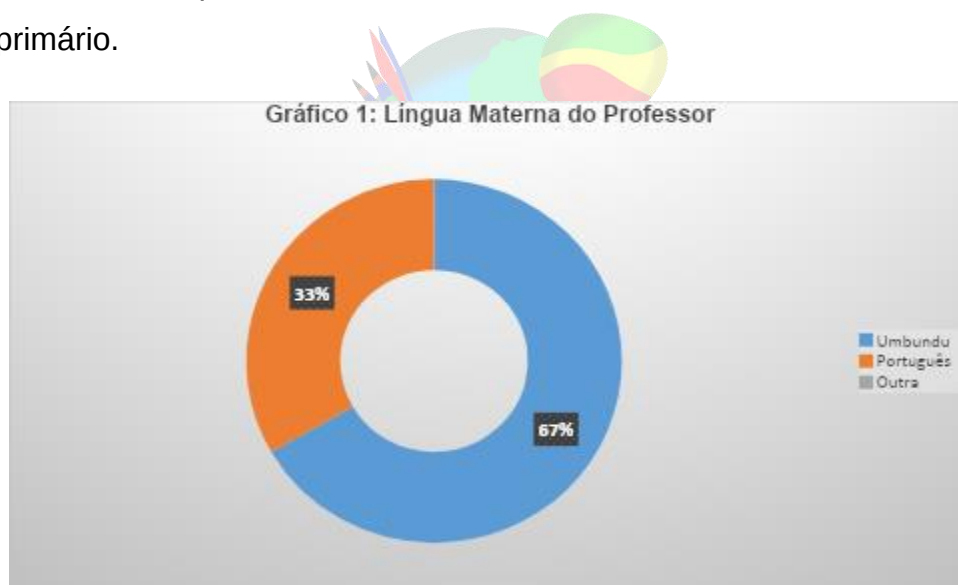
Se a língua nasce de uma certa comunidade, então ela serve como um instrumento de comunicação. Ela serve como objeto de interação social, na perspectiva mais funcionalista da língua. Esta visão mais cognitiva-interacionista é o ponto assente da nossa abordagem sobre como a língua deve ser ensinada. Dito doutro modo, sendo a língua um

ente social e com a primária necessidade de comunicação entre os seus membros, ela só deve ser aprendida pela interação social em cujo objetivo assenta na garantia da comunicação significativa.

Para tal, deve o aluno perceber a função real que a língua desempenha na sua vida, ao contrário daquela visão estruturalista clássica que incute regras descontextualizadas no aluno. Por isso, há necessidade de se olhar para uma visão mais funcional da língua a partir da perspectiva pedagógica interacional.

6.2. Análise dos dados obtidos através do inquérito por questionário aos professores do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior

A presente secção objetiva analisar os dados obtidos ao longo da pesquisa de campo sobre o processo de ensino-aprendizagem do português LNM. Para Gil (2008, p.121) “o questionário é um instrumento de coleta de dados compostos por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Todos os professores inquiridos são do sexo feminino, com mais de 7 anos de experiência no ensino primário.



Fonte: Autoria nossa

Como se pode ver no gráfico acima, maior parte dos professores possui o umbundu como LM, o que, de certo modo, influencia o seu comportamento verbal, no uso do português e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa como LNM.

Embora a língua materna dos professores seja o umbundu, no seu dia-a-dia laboral, com convívio com os alunos, servem-se do português para a transmissão de diferentes saberes, tal como se pode ver no gráfico a seguir:



Fonte: Autoria nossa

No que atine aos alunos, o seu comportamento verbal oscila entre o português e o umbundu, porém com predominância para o uso do umbundu que é, neste caso, a sua língua materna. Sendo a escola um espaço onde se procura transmitir os saberes por meio do português, neste local, os alunos usam mais o português para estabelecer contacto com o professor, todavia, no processo interativo entre os alunos, sem a presença do professor, cuja missão é, fundamentalmente, monitorar o desempenho linguístico dos alunos, usando o português, estes alunos usam o umbundu como principal código linguístico nas suas interações (brincadeiras, canções e adivinhas). Esses dados encontram suporte com as respostas dadas pelos professores, quando se lhes pergunta a língua predominante falada pelos alunos fora da escola.

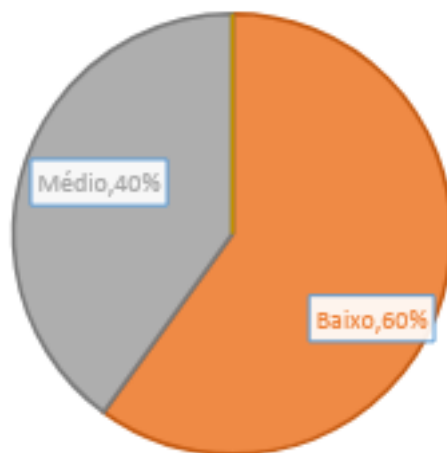


Fonte: Autoria nossa

O contexto de coabitação que o município da Chipeta contempla não exclui a comunidade escolar. Assim, é possível verificarmos um encontro entre o umbundu e o português dentro e fora do ambiente escolar, o que possui grandes implicações no processo de ensino-aprendizagem do português como LNM. Dentre as várias implicações da

coabitação linguística entre o umbundu e o português no Complexo Escolar 8 de Março do Belchior destacamos a compreensão dos enunciados orais e escritos em português no processo de ensino-aprendizagem. Ao questionarmos o nível de compreensão do português dos alunos, os professores foram unânimes em afirmar que os níveis de compreensão não são satisfatórios, oscilando entre o baixo e o médio, como se apresenta no gráfico a seguir:

Gráfico 4: Nível de Compreensão dos Alunos em LP



Fonte: Autoria nossa



Conclusão

O ensino da Língua Portuguesa como língua não materna no município da Chipeta, especialmente no Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, enfrenta desafios significativos devido ao predomínio do umbundu como língua materna dos alunos. A presença de uma língua local forte e enraizada na cultura e no dia-a-dia dos alunos influencia diretamente o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, exigindo estratégias pedagógicas adequadas e contextualizadas.

Entre os desafios observados ao longo da pesquisa, destacam-se: i) interferência linguística: a estrutura gramatical e fonológica do umbundu influencia diretamente o aprendizado da língua portuguesa; ii) contextualização cultural: a ausência de conteúdo que respeitem e integrem a cultura local pode gerar desmotivação e distanciamento dos alunos; iii) formação de professores: muitos docentes carecem de formação específica para o ensino do português como língua não materna, limitando a eficácia das metodologias aplicadas; iv) recursos didáticos inadequados: o uso de materiais que não dialogam com a

realidade sociolinguística dos alunos prejudica a compreensão e assimilação dos conteúdos.

Assim sendo, o sucesso do processo de ensino-aprendizagem do português como língua não materna na realidade a que nos referimos depende da adopção de estratégias pedagógicas inovadoras e culturalmente integradoras. A valorização da língua materna e a formação contínua dos professores são essenciais para garantir uma aprendizagem significativa e promover a integração linguística de forma respeitosa e eficiente. Desse modo, será possível formar cidadãos bilíngues e conscientes de sua identidade cultural e linguística.

Referências

- Adriano, P. S. (2015). *A crise normativa do Português em Angola - cliticização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e revisor?*. Mayamba Editora.
- Azeredo, O., Pinto, I. F., & Lopes, C. A. (2014). *Da Comunicação à Expressão – Gramática Prática de Português 3.º Ciclo do Ensino Básico Secundário*. Raiz Editora.
- Costa, A., Botelho, F., Solla, L., & Soares, L. V. (2021). *Manual de Língua Portuguesa para Professores do Ensino Primário*. Luanda: Ministério da Educação - República de Angola.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. Atlas.
- Kambuta, J. (2021). *A Grafia das Línguas Nacionais Angolanas – um estudo aplicado à língua umbundu*. Edições Colibri.
- Mateus, M. H.; Cardeira E. (2007). *Norma e Variação*, Editorial Nzila.
- Naege, J. M. (2015). *Aquisição da competência lexical na aprendizagem do português língua segunda – especificidades do aluno angolano*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Ndombele, E. D., & Timbane, A. A. (jan./jul. 2020). O Ensino da Língua Portuguesa em Angola: Reflexões Metodológicas em contextos multilíngues. *Fólio: Revista de Letras*, Vol. XII.
- Nguluve, A. K., Paxe, I., & Fernando, M. (2020). *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino: Debates e Proposições*. Literacia.
- Tchimboto, B. (2024). *Línguas e Culturas: Introdução à Etnolinguística e Oralidades Africanas*. Paulinas Editoras.

Undolo, B. (2020). *Introdução à Linguística Aplicada ao Ensino de Português*, Edições ECO7.

Venturi, M. A. (2006). A aquisição da língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados. In: A. Del Ré (Org.). *A aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística*. Contexto, p. 113-134.

Recebido em: 31/01/2026

Aceito em: 03/04/2026

Para citar este texto (ABNT): CAETANO, Adão Raimundo; CHAPUIA, Generoso Filipe. O processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa como língua não materna na escola angolana: o caso dos alunos do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, município da Chipeta – Bié. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 2, p.32-46, jul./dez. 2026.

Para citar este texto (APA): Caetano, Adão Raimundo; Chapuia, Generoso Filipe. (jul./dez.2026). O processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa como língua não materna na escola angolana: o caso dos alunos do Complexo Escolar 8 de Março do Belchior, município da Chipeta – Bié. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (2): 32-46.